

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005538-08.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
 Requerente: **ADEMIR RIBEIRO**  
 Requerido: **IDE NEIDE DE FATIMA SOLINA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**ADEMIR RIBEIRO** ajuizou a presente **Ação de cobrança** em face de **IDE NEIDE DE FÁTIMA SOLINA**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que manteve relacionamento amoroso com a requerida por 3 anos e no curso dele, mais especificamente em 18/07/2012, emprestou a ela R\$ 30.000,00. Para tanto efetuou contrato de mútuo com o Banco do Brasil no valor de R\$ 33.461,31. Verbalmente, a requerida assumiu a obrigação de pagar R\$ 786,79 mensais (parcelas referentes aos R\$ 30.000,00), uma vez que R\$ 3.461,31 foram utilizados por ele. Por fim, sustentando que o relacionamento terminou em meados de 2013 e que a requerida nunca adimpliu uma parcela sequer, pediu a procedência da ação com sua (dela) condenação ao pagamento de R\$ 16.522,59 (parcelas vencidas e não pagas), além das que se vencerem durante o curso da lide ou ao pagamento dos R\$ 30.000,00.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa às fls. 35/37 sustentando que o valor foi depositado pelo autor em sua conta por mera "liberalidade" (textual) e não por conta de um empréstimo; que adquiriu o bem descrito com o produto da venda de outro imóvel; que vivia em união estável com o requerente quando firmou o contrato de compra e venda e que este último se beneficiou do valor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

durante o convívio (pela moradia e despesas do dia a dia); que o empréstimo efetuado pelo autor diz respeito a renovação contratual e não a crédito imobiliário. Pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 52/54.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação, que restou infrutífera (fls. 70/71).

As partes foram instadas a produzir provas. A requerida peticionou a fls. 76 desistindo da prova oral pleiteada em audiência (fls. 76) e o requerente não se manifestou.

Eis o relatório, no essencial.

**DECIDO antecipadamente a lide, por entender completa a cognição.**

O autor sustenta na inicial que firmou com o Banco do Brasil um contrato de empréstimo; o numerário seria e foi destinado à requerida para quitar um contrato de compra e venda do imóvel denominado como lote 05, parte "B", da quadra 27 do loteamento denominado "jardim cruzeiro do sul", adquirido por ela (apenas) mediante contrato de compra e venda firmado em 12/07/2012.

Embora tenham sido liberados R\$ 33.461,31 - assumindo o pagamento de parcelas mensais de R\$ 877,14 ( confira-se fls. 20) o autor destinou à requerida R\$ 30.000,00 - mediante depósito bancário (fls. 19) - que aquela se comprometeu a pagar, depositando mensalmente 89,7% das parcelas, ou o equivalente a R\$ 786,79.

A requerida, por sua vez, não nega ter recebido os R\$ 30.000,00 e também o fato de não ter quitado qualquer parcela do financiamento. Sustenta, entretanto, que tal numerário lhe foi entregue por liberalidade do autor e não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

como empréstimo para pagamento futuro. Argumenta, ainda, que as partes viviam em união estável e que o valor “emprestado” foi quitado a título de moradia e despesas com o dia a dia.

O contrato de compra e venda foi firmado em 12/07/2012 (cf. fls. 12/15), durante a vigência da união estável. Todavia, ao que consta o bem imóvel pertence exclusivamente a requerida.

Assim, resta incontroverso nos autos que a requerida se beneficiou do dinheiro colocado a sua disposição e não provou, como lhe cabia, o fato modificativo trazido na defesa.

Nesse sentido:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – UNIÃO ESTÁVEL – RECONHECIMENTO – PARTILHA – EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO PELO COMPANHEIRO EM FAVOR DA COMPANHEIRA – QUITAÇÃO – AUSÊNCIA D EPROVA – INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 333, II, DO CPC – DESPROVIMENTO (TJMG, Apelação 1.0024.12.157957-7/001, Rel. Des. Barros Levenhagen, DJ 10/07/2014).**

Assim decidindo o Juízo evitará o enriquecimento ilícito.

Vale salientar, por oportuno, que embora tenha a inicial pedido o pagamento de R\$ 30.000,00 de forma “subsidiária”, certo é que em atenção à teoria da substanciação, segundo a qual a causa de pedir é composta pelos fatos e pelos fundamentos jurídicos do pedido, esse pedido deve ser tido como principal.

Ademais, seria pouco produtivo condenar a requerida a pagar apenas as prestações vencidas e determinar o pagamento das prestações vincendas, uma vez que facilmente poderia deixar de cumprir sua obrigação, o que acarretaria para o autor, a necessidade de novo ajuizamento de ação buscando o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento das quantias deixadas “em aberto”.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito inicial para condenar a requerida, IDE NEIDE DE FÁTIMA SOLINA, a pagar ao autor, ADEMIR RIBEIRO, a importância de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), com correção a contar de 18/07/2012 (fls. 19) e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 17 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**